Incentivos *à* globalização SOLIDÁRIA

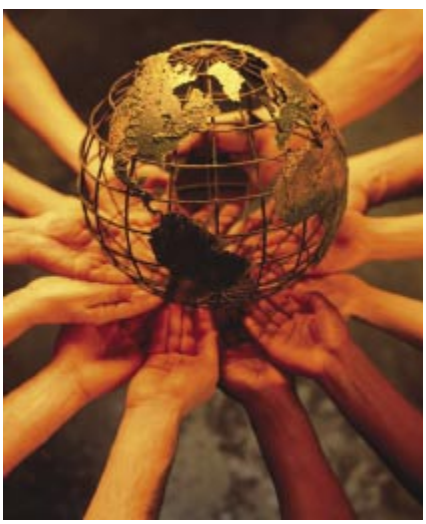
Marcelo Neri
Chefe do Centro de Políticas Sociais do IBRE/FGV e da EPGE/FGV
mcneri@fgv.br

A queda das Torres Gêmeas está para a década, como a queda do Muro de Berlim esteve para a década da globalização.

A queda das Torres Gêmeas do World Trade Center em Nova York pode estar para a primeira década do século XXI como a queda do Muro de Berlim esteve para a última década do século XX. O ruir destas obras da arquitetura simboliza momentos cruciais da história, da guerra fria à globalização e quiçá desta à globalização solidária.

A queda do muro marcou a elevação dos Estados Unidos ao papel de solitária superpotência mundial. Os EUA viveram a forte prosperidade nos anos 1990. Ao passo que dez entre as dez maiores quedas de PIB *per capita* no período 1990-1996 ocorreram nos fragmentos da antiga União Soviética.

O impacto da queda do muro se fez sentir em toda parte, menos aqui. Segundo De Klerk, o último presidente branco sul-africano, a queda do muro, em 1989, inspirou a decisão de libertar Nelson Mandela, decretando o começo do fim do *apartheid*. O Brasil continuou deitado em berço esplêndido, ignorando o movimento em direção ao politicamente correto. Parodiando Caetano Velloso: para o brasileiro branco é preto, preto é branco mas preto continua pobre. Enquanto o muro caía e as reformas avançavam em escala mundial, lançamos uma autêntica contra-reforma, constitucionalizando privilégios. Brasil, país retardatário da abolição, da estabilização e das reformas. O apego a privilégios adquiridos está na base de nossa desigualdade inercial.



O Consenso de Washington chegou ao país tardio, abrupto, bruto, sem anestesia: abrimos a economia, privatizamos, acabamos com a reserva de informática, nos permitimos consumir o que queremos, e a abandonar à própria sorte carroças, marajás e velhos PCs. A desigualdade caiu na época pelas perdas das elites e não pelos ganhos dos pobres.

Passando aos dias de hoje, o Brasil dispõe da oportunidade de ocupar a vanguarda da busca de uma globalização mais humana, até pela aversão a consensos da atual liderança de Washington. De um lado, a eleição de Lula é simbólica da insatisfação com a globalização, intensificada com as reações americanas ao 11 de setembro. Por outro, o ex-presidente Fernando Henrique pôde desempenhar papel ativo de articulador de mudanças da ordem econômica internacional que marcaram seus estudos do passado. Fora isso existe multiplicidade de iniciativas integradoras da sociedade civil brasileira, como a luta contra o *apartheid* digital comandada por Rodrigo Baggio, o nosso Nelson Mandela da informática. O seu Comitê para Democratização da Informática (CDI) está hoje presente em uma dezena de países. Simultaneamente, Cristóvão Buarque difunde pela África a metodologia do bolsa-escola através da ONG Missão Criança. O lado indiano de nossa Belíndia gera experiências e vivências sobre miséria para o lado belga, não disponíveis aos habitantes do primeiro mundo. Se não perdermos novamente o bonde da história, o Brasil tem tudo para desenvolver e exportar tecnologia social de ponta. Contribuir para um processo de globalização mais solidária.

É equivocada a idéia que durante os anos 1990 — fase de integração comercial, financeira e informacional

sem precedentes na história da humanidade — a desigualdade mundial da renda tenha aumentado, pois a Índia e especialmente a China, que abrigam 40% da população mundial e a maior parte dos miseráveis, obtiveram razoável desempenho econômico.

Agora existe insatisfação com a globalização de ordem diversa. A começar pela descaracterização de tradições culturais locais pelo consumismo da aldeia global. As sucessivas crises expuseram a volatilidade inerente do sistema atual, uma verdadeira era da incerteza. As vozes ativas dos perdedores da abertura, como empresários e trabalhadores afetados, somadas ao silêncio dos emergentes desorganizados.

A frustração também deriva de não chegarmos a ter como consumidores o que passamos a querer, e como cidadãos passarmos a sentir, todo dia na TV, a miséria do outro lado do mundo. Talvez a maior frustração derive do cinismo da abertura assimétrica dos mercados, da globalização não dividir os seus frutos pela aldeia global.

O período que se seguiu à queda do Muro de Berlim foi denominado era da globalização. Não foi um fenômeno instantâneo, mas a pedra fundamental desse processo pode ser encontrada nos escombros do Muro.

O inusitado ataque às Torres Gêmeas, símbolo da supremacia americana, pode batizar a globalização solidária. O reconhecimento de que o fim da fome está ao nosso alcance. De que a abertura dos mercados não é uma panacéia a que todos males espanta. De que o mercado pode gerar eficiência econômica mas não resolve, por si, injustiças sociais.

A imagem da década de 1990 foi a criação da internet, a rede mundial de computadores. A da presente década pode ser a formação de uma rede de proteção social também em escala global. Mas que políticas podem constituir o tecido desta rede social? Como introduzir um viés pró-eqüidade no funcionamento das economias de mercado? Diversos grupos antiglobalização têm preconizado o aumento de recursos para o desenvolvimento (ODAs) e a cobrança de imposto sobre transações financeiras internacionais, o chamado *Tobin tax*, a fim de financiar o perdão da dívida externa de países pobres altamente endividados (HIPCs). Embora estas ações apontem, a princípio, para transferências de ricos para pobres, não existem garantias de que elas efetivamente se voltem às camadas pobres dos países pobres.

Na perspectiva das elites dirigentes de regiões subdesenvolvidas, a nova modalidade de perdão de dívida justificada por altos níveis de miséria corrente pode ser vantajosa, não só pela injeção de recursos de hoje mas pela possibilidade de novas injeções futuras, caso os níveis de miséria não se alterem muito. Nesse sentido, a prática de perdoar dívida, função da miséria corrente, introduz incentivos à perpetuação da miséria. Isso não quer dizer que não se deva perdoar dívidas por questões humanitárias, mas que o problema exige alguns cuidados especiais associados às motivações dos envolvidos no processo.

Note-se que o problema de incentivos na alocação de recursos sociais aqui levantado não atinge somente países pouco democráticos ou as repúblicas de bananas. Nas democracias representativas o sistema é "um adulto, um voto", e não "uma pessoa, um voto". Talvez não seja mera coincidência que grande parte daqueles que estão abaixo da idade de voto também está abaixo da linha de pobreza extrema.

Segundo a ONU, cerca de 50% dos miseráveis do mundo estão na faixa etária infanto-juvenil. Poderíamos argumentar que os interesses das crianças estão legitimamente representados nas urnas pelos seus respectivos pais. Entretanto, famílias pobres possuem em geral muitos filhos e são muitas vezes chefiadas apenas por uma mulher. Nesses casos, é o voto de uma mãe rateado por muitas cabeças. Em suma, o ponto fundamental é que os miseráveis estão sub-representados no mercado eleitoral, assim como estão os seus interesses na gestão de recursos públicos, e em particular, naqueles advindos do perdão da dívida externa.

Uma alternativa usada pelos organismos multilaterais é exigir como contrapartida ao aporte de novos recursos a países pobres, investimentos voltados aos miseráveis, como gastos em serviços sociais básicos. O problema aqui é a dificuldade de controle do foco, da eficiência e da persistência dos efeitos desses gastos. Em função desse tipo de problema informacional, toda a literatura de metas macroeconômicas tem se movido de indicadores intermediários ou de política, como, por exemplo, a taxa de juros, para indicadores de resultado, como a taxa de inflação.

Antes que me acusem de niilista, deixe-me oferecer uma modesta contribuição à solução da dificuldade apresentada. Notem que neste problema os interesses dos miseráveis e dos perdoadores de dívida coincidem não só pelas razões humanitárias correntes da ação mas no desejo de minimizar a necessidade de adoção de outras ações no futuro. Um país rico que pretende financiar investimentos em países pobres por questões humanitárias deveria exigir em contrapartida aumento sustentável das condições de vida da população, de forma a evitar a apropriação indébita dos recursos pela elite, ou ainda o seu uso populista de maneira concentrada em períodos pré-eleitorais.

A proposta é que a taxa de progresso social observada a posteriori seja utilizada na definição de novos perdões de dívida

A proposta é que complementarmente ao uso dos indicadores de condição de vida para concessão de perdão de dívida, se anuncie o uso da taxa de progresso destes indicadores, *a posteriori*, como critério de acesso a incrementos futuros nos recursos obtidos. A utilização deste sistema de metas sociais, *ex-post*, equivale à criação de um mercado secundário de descontos de dívida externa obtidos mediante a consecução de progressos sociais palpáveis. No esquema denominado crédito social, a dívida financeira contraída em projetos sociais pode ser paga com avanços sociais.